



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 2ª REGIÃO - ES / RJ

ANALISTA JUDICIÁRIO

ÁREA ADMINISTRATIVA SEM ESPECIALIDADE

TIPO 3

TARDE

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 1/2016

INSTRUÇÕES

- 1** Somente é permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa. Todos os demais objetos devem ser colocados na embalagem não reutilizável fornecida pelo fiscal da sala, inclusive aparelho celular desligado e carteira com documentos e valores em dinheiro.
- 2** Não é permitida, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, deverá haver o recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, ipod, ipad, tablet, smartphone, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo e similares.
- 3** O tempo de duração da prova abrange a assinatura e transcrição das respostas para a Folha de Respostas e Folha de Textos Definitivos, bem como o procedimento de identificação datiloscópica previsto.
- 4** Com vistas à garantia da isonomia e lisura do certame, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais no ingresso e na saída de sanitários durante a realização da prova. Ao término da prova o candidato deverá se retirar do recinto de aplicação, não lhe sendo mais permitido o ingresso nos sanitários.
- 5** O Caderno de Provas constará de:
 - Para **Analista Judiciário/Sem especialidade - Área Judiciária (MANHÃ)** e **Analista Judiciário/Oficial de Justiça Avaliador Federal - Área Judiciária (TARDE)**: 40 (quarenta) itens de múltipla escolha e Prova de Estudo de Casos;
 - Para **Analista Judiciário/Sem especialidade - Área Administrativa (TARDE)**: 50 (cinquenta) itens de múltipla escolha e Prova de Redação.
- 6** Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o Caderno de Provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo/área/especialidade a que está concorrendo, bem como se os dados constantes na Folha de Respostas e Folha de Textos Definitivos que lhe foram fornecidas estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto, ou, ainda, tenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao fiscal.
- 7** Os itens das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta.
- 8** Verifique se o TIPO/COR deste caderno de provas coincide com o registrado no rodapé de cada página, assim como com o TIPO/COR registrado na folha de respostas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
- 9** Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
- 10** É PROIBIDA a anotação de informações relativas às respostas (cópia de gabarito) em qualquer meio.
- 11** O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato, também, poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o caderno de provas.
- 12** Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão sair juntos. Caso o candidato insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo fiscal de aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo Coordenador da unidade de provas, para posterior análise pela Comissão do Concurso.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na internet, no endereço eletrônico www.consulplan.net, no mesmo dia da aplicação, a partir das 21h00min (vinte e uma horas).
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 2 (dois) dias úteis, a partir do 2º dia útil subsequente à data de sua divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no link correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.consulplan.net.
- A interposição de recursos poderá ser feita exclusivamente via internet, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato ao fornecer dados referentes à sua inscrição apenas no prazo recursal, à CONSULPLAN, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.consulplan.net, no link correspondente ao Concurso Público.

CONHECIMENTOS GERAIS

Texto para responder às questões de 01 a 04.

* Final do romance “Vidas Secas” que narra a família de Fabiano, mais uma vez, se retirando para algum outro lugar, em virtude da seca:

Pouco a pouco uma vida nova, ainda confusa, se foi esboçando. Acomodar-se-iam num sítio pequeno, o que parecia difícil a Fabiano, criado solto no mato. Cultivariam um pedaço de terra. Mudar-se-iam depois para uma cidade, e os meninos frequentariam escolas, seriam diferentes deles. Sinhá Vitória esquentava-se. Fabiano ria, tinha desejo de esfregar as mãos agarradas à boca do saco e à coronha da espingarda de pederneira.

Não sentia a espingarda, o saco, as pedras miúdas que lhe entravam nas alpercatas, o cheiro de carniças que empestavam o caminho. As palavras de Sinhá Vitória encantavam-no.

Iriam para diante, alcançariam uma terra desconhecida. Fabiano estava contente e acreditava nessa terra, porque não sabia como ela era nem onde era. Repetia docilmente as palavras de Sinhá Vitória, as palavras que Sinhá Vitória murmurava porque tinha confiança nele. E andavam para o sul, metidos naquele sonho. Uma cidade grande, cheia de pessoas fortes. Os meninos em escolas, aprendendo coisas difíceis e necessárias. Eles dois velhinhos, acabando-se como uns cachorros, inúteis, acabando-se como Baleia. Que iriam fazer?

Retardaram-se, temerosos. Chegariam a uma terra desconhecida e civilizada, ficariam presos nela. E o sertão continuaria a mandar gente para lá. O sertão mandaria para a cidade homens fortes, brutos, como Fabiano, Sinhá Vitoria e os dois meninos.

(Vidas Secas, Graciliano Ramos.)

Questão 1

Em “*Eles dois velhinhos, acabando-se como uns cachorros, inúteis, acabando-se como Baleia.*” (3º§) a construção apresentada é feita empregando-se, como recurso linguístico,

- A) a evidência de oposição estabelecida através de uma relação comparativa entre elementos distintos.
- B) uma palavra em sentido figurado, baseando-se em uma comparação subentendida entre dois termos.
- C) o exagero do sentido com o objetivo de conferir ênfase à informação apresentada, constituindo uma variação de metáfora.
- D) uma relação de semelhança entre dois termos atribuindo características de um a outro por meio de um elemento comparativo explícito.

Questão 2

“O romance ‘Vidas Secas’ publicado em 1938 retrata a história de Fabiano, Sinhá Vitória e seus filhos, que, acompanhados da cachorra Baleia, mudam de região de tempos em tempos para fugir da seca. Os problemas sociais, a fome, a miséria e a desigualdade entre segmentos da sociedade são explorados no romance que mostra a realidade brasileira, como a injustiça social. Do ponto de vista jurídico, a obra traz uma reflexão sobre a desigualdade de direitos entre os diversos segmentos da sociedade, além de mostrar como a privação da palavra por parte dos personagens se contrapõe ao excesso das autoridades e da lei.”

(Katna Baran, especial para a Gazeta do Povo 21/03/2013.

Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/justica-direito/onde>

-o-direito-e-a-literatura-se-encontram-b2yn714yocf2hz62cladr6p1q.

Acesso em: janeiro de 2017 – Fragmento.)

Considerando o texto e o comentário anterior, pode-se afirmar que:

- A) O comentário apresenta argumentos a fim de validar o posicionamento assumido pelo enunciador que podem ser também identificados no texto.
- B) Os textos apresentam estruturas típicas de uma narrativa, podendo ser identificadas através do emprego de elementos que lhes são característicos.
- C) É possível identificar e comprovar parte do conteúdo da análise da obra “Vidas Secas” feita no comentário através do fragmento da mesma transcrito no texto.
- D) Embora os textos apresentem-se como gêneros textuais equivalentes, sua classificação quanto ao tipo textual é diversa tendo em vista a função da linguagem identificada em cada um deles.

Questão 3

A mesma obrigatoriedade para o emprego do sinal de crase em “*Fabiano ria, tinha desejo de esfregar as mãos agarradas à boca do saco [...]*” (1º) pode ser vista no exemplo:

- A) Tranquelize-se, aspiro àquela vaga específica, e não à sua.
- B) Dirigiu-se à minha casa, onde ficaria hospedado por alguns dias.
- C) Diante de tal demanda, o funcionário colocou-se à sua disposição.
- D) Convocaria à qualquer pessoa que atendesse aos requisitos descritos.

Questão 4

Considerando os aspectos semânticos das orações coordenadas, a conjunção empregada em “*Fabiano estava contente e acreditava nessa terra*” (3º§) possibilita a expressão, no contexto apresentado, de

- A) ligação de orações que representam fatos coexistentes.
- B) realce às alternativas do enunciado propiciando equivalência entre elas.
- C) fatos sequenciados de forma cronológica numa relação de causa e efeito.
- D) produção de efeito adicional diante da expressão de desejo da primeira oração.

Questão 5

A produção da obra acima, *Os Retirantes* (1944), foi realizada seis anos depois da publicação do romance *Vidas Secas*. Nessa obra, ao abordar a miséria e a seca claramente vistas através da representação de uma família de retirantes, Cândido Portinari

- A) apresenta uma temática, assim como a descrição dos personagens e do ambiente, de forma sutil e dinâmica.
- B) permite visualizar a degradação da figura humana e o retrato da figura da morte afugentada pelos personagens.
- C) apresenta elementos físicos presentes no cotidiano dos retirantes vítimas da seca e aspectos relacionados à desigualdade social.
- D) utiliza a linguagem não verbal com o objetivo de construir uma imagem cuja ênfase mística se opõe aos fatos da realidade observável.

Questão 6

Acerca de alguns tipos de expedientes existentes de acordo com os critérios de correspondência oficial, está correto o que se afirma em:

- A) Há três tipos de expedientes que se diferenciam de acordo com a forma, a finalidade de seu emprego em igual proporção: o ofício, o aviso e o memorando.
- B) O memorando é a modalidade de comunicação entre unidades administrativas de um mesmo órgão ou, ainda, de órgãos diferentes, que podem estar hierarquicamente em mesmo nível ou em nível diferente.
- C) Aviso e ofício são modalidades de comunicação oficial cuja diferença é que o primeiro é expedido exclusivamente por Ministros de Estado, para autoridades de mesma hierarquia, ao passo que o ofício é expedido para e pelas demais autoridades.
- D) Para evitar entendimentos duvidosos acerca das comunicações através do memorando, os despachos devem ser feitos repetidas vezes, em expedientes separados, não havendo restrição quanto ao aumento do número de comunicações.

Texto I para responder às questões de 07 a 13.

Onde o Direito e a Literatura se encontram

“Porque esse é o meu nome! Porque não posso ter outro em minha vida! Porque estaria mentindo e assinando mentiras. Porque não valho a poeira dos pés daqueles que mandou enforcar! Eu já dei a minha alma ao Senhor, deixe-me ficar com meu nome!”. A citação acima foi retirada da obra *As Bruxas de Salém*, de Arthur Miller, que também foi tema de filme, lançado em 1996. O trecho em questão, porém, também foi utilizado como argumentação em uma decisão judicial a favor da autora que reclamava de atentado à honra.

A argumentação não só mostra como a Literatura ajuda a fundamentar a realidade, mas como o próprio Direito se utiliza dessa ferramenta para interpretar a sociedade. Essa relação entre Direito e Literatura pode ser analisada de três formas: o Direito na Literatura; o Direito da Literatura, que trata dos direitos do autor ou de uma obra e de temas relacionados, como a liberdade de expressão; e, ainda, a utilização de práticas da crítica literária para compreender e avaliar os direitos, as instituições e procedimentos judiciais, o que seria o Direito como Literatura.

Esta última relação do Direito com a Literatura, como explica Vera Karam, professora da disciplina de Direito e Literatura da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR), é o estudo de temas jurídicos – e da própria realidade em que estão inseridos – com a ajuda das obras literárias. “A Literatura

surge como uma metáfora que o direito usa para tentar articular uma boa solução para aquilo que é chamado a responder”, explica. [...]

“O aplicador do direito é constantemente demandado a dar respostas a conflitos concretos e diversos, e a Literatura justamente abre um espaço de reflexão e de ação mais crítico, porque é mais sensível às especificidades do humano”, aponta Vera.

“A Literatura amplia os horizontes, já que possibilita ao leitor experimentar, de um modo seguro, situações que ele provavelmente jamais viveria. A boa literatura estimula a reflexão e desperta o senso crítico”, complementa *Lenio Streck*, procurador de Justiça do Rio Grande do Sul e professor de Pós-Graduação em Direito na Unisinos-RS.

Para Vera, além de trazer novas perspectivas aos operadores do Direito, a Literatura antecipa temas relacionados ao universo jurídico. “A ficção literária tem essa riqueza, essa sutileza, essa sensibilidade que permite que o Direito às vezes fique até mais bem preparado para o enfrentamento de conflitos que seriam inimagináveis fora da ficção”, diz.

A linguagem, que no Direito encontra suas especificidades e na Literatura é registrada de maneira mais diversa e livre, também é apontada pelos especialistas como um ponto-chave da interpretação jurídica por meio das obras. “Olhando a operacionalidade, a realidade não nos toca, as ficções, sim. Com isso, confundimos as ficções da realidade com a realidade das ficções. Ficamos endurecidos. A Literatura pode ser mais do que isso. Faltam grandes narrativas no Direito, e a Literatura pode humanizá-lo”, finaliza *Streck*.

(Katna Baran, especial para a Gazeta do Povo 21/03/2013. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/justica-direito/onde-o-direito-e-a-literatura-se-encontram-b2yn714yocf2hz62cladr6p1q>> Acesso em janeiro de 2017. Adaptado.)

Questão 7

Em “*a poeira dos pés daqueles que mandou enforcar!*” (1º§) o termo destacado indica, sintaticamente, a mesma função exercida pelo termo grifado em:

- A) “que também foi tema de filme, lançado em 1996.” (1º§)
- B) “o Direito da Literatura, que trata dos direitos do autor ou de uma obra [...]” (2º§)
- C) “A Literatura surge como uma metáfora que o Direito usa para tentar articular uma boa solução [...]” (3º§)
- D) “decisão judicial a favor da autora que reclamava de atentado à honra.” (1º§)

Questão 8

Em relação ao paralelo estabelecido entre o trecho citado de *As Bruxas de Salém* e o contexto de atentado à honra afirma-se, corretamente, que

- A) o tratamento metafísico acerca de um tema universal visto no trecho da obra literária citada pode de igual forma ser visto no objeto da reclamação citada.
- B) a estratégia argumentativa utilizada demonstra coerência através do apelo recorrente e progressivo da personagem tendo em vista o assunto “*atentado à honra*”.
- C) há verdades dadas como absolutas por obras literárias que são aplicáveis a quaisquer tipos de questões levadas a julgamento, contanto que haja um excelente domínio de tal matéria por parte do aplicador de Direito.
- D) o trecho da obra citada foi empregado com o objetivo de ilustrar uma decisão judicial; demonstrando que o conhecimento literário foi, neste caso, essencial para uma decisão favorável considerando o contexto em análise.

Questão 9

Considerando as ideias e informações trazidas ao texto, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas para o que se afirma a seguir:

- () O caráter metalinguístico do texto configura-se mediante estratégia utilizada no primeiro parágrafo cuja análise literária antecipa o assunto a ser tratado.
- () Dentre os elementos que contribuem para a interpretação jurídica através da Literatura, a linguagem se apresenta como protagonista no processo de interação entre tais matérias.
- () A Literatura possui um papel fundamental na sociedade contemporânea, não apenas no que diz respeito à arte da palavra, mas também como base argumentativa para a aplicação do Direito.

A sequência está correta em

- A) F, F, V.
- B) F, V, F.
- C) F, V, V.
- D) V, V, V.



Questão 10

Acerca do vocábulo “*onde*” no título “*Onde o Direito e a Literatura se encontram*”, de acordo com a aplicação e relação estabelecida, é correto afirmar que

- A) tem função anafórica no discurso como substituto de um circunstante locativo.
- B) faculta-se a grafia “*donde*” tendo em vista o sentido original que lhe é atribuído.
- C) emprega-se de modo absoluto como visto no verso “*Moro onde não mora ninguém*”.
- D) tal advérbio interrogativo foi empregado em uma pergunta indireta em referência a lugar.

Questão 11

O verbo “*inserir*”, utilizado no trecho “*– e da própria realidade em que estão inseridos –*” (3º§), aparece na lista de verbos classificados como “*abundantes*”, ou seja, que apresentam duas ou três formas de igual valor e função. As orações a seguir apresentam duas possibilidades admitidas pela norma padrão da língua para o particípio do verbo, com EXCEÇÃO de:

- A) O trabalho foi desenvolvido/desenvolto pelo melhor profissional da região nesta área.
- B) Disse que já havia limpado/limpo todo o pátio exterior, conforme havia sido orientado.
- C) Tendo ganhado/ganho a competição, estabeleceu-se como o novo nome do atletismo regional.
- D) O processo foi trazido/trago a tempo para a devida apreciação sem que houvesse qualquer prejuízo.

Questão 12

De acordo com o contexto, o sentido do trecho destacado está adequadamente expresso em:

- A) “*e da própria realidade em que estão inseridos [...]*” (3º§) = e do subsistente realismo no qual colocam-se.
- B) “*se utiliza dessa ferramenta para interpretar a sociedade.*” (2º§) = vale-se de tal disjuntivo com o fim de decifrar o social.
- C) “*situações que ele provavelmente jamais viveria.*” (5º§) = circunstâncias as quais, de modo plausível, jamais vivenciaria.
- D) “*demandado a dar respostas a conflitos concretos e diversos, [...]*” (4º§) = subversões múltiplas e reais demandadas a proferir ponderações.

Questão 13

No contexto apresentado, a afirmação da professora Vera Karam “*A Literatura surge como uma metáfora que o Direito usa para tentar articular uma boa solução para aquilo que é chamado a responder*” (3º§) tem sua correta compreensão explicitada em:

- A) O sentido metafórico é pertinente ao Direito desde que seu fundamento seja de caráter estritamente literário, não confundindo ficção e realidade.
- B) Na articulação das respostas, no que se refere ao Direito, a Literatura atua como uma figura de linguagem, utilizada para agregar benefícios a tal demanda.
- C) As boas soluções apresentadas pelo Direito são metáforas da realidade em análise, de modo que a sensibilidade é exercitada para atingir os objetivos pretendidos.
- D) As metáforas utilizadas nas obras literárias são de fundamental importância na construção do saber jurídico tendo em vista as ponderações feitas no texto da interdisciplinaridade possível entre as duas matérias.

Questão 14

Uma papelaria fez uma pesquisa de mercado entre 500 de seus clientes. Nessa pesquisa encontrou os seguintes resultados:

- 160 clientes compraram materiais para seus filhos que cursam o Ensino Médio;
- 180 clientes compraram materiais para seus filhos que cursam o Ensino Fundamental II;
- 190 clientes compraram materiais para seus filhos que cursam o Ensino Fundamental I;
- 20 clientes compraram materiais para seus filhos que cursam o Ensino Médio e Fundamental I;
- 40 clientes compraram materiais para seus filhos que cursam o Ensino Médio e Fundamental II;
- 30 clientes compraram materiais para seus filhos que cursam o Ensino Fundamental I e II; e,
- 10 clientes compraram materiais para seus filhos que cursam o Ensino Médio, Fundamental I e II.

Quantos clientes da papelaria compraram materiais, mas os filhos NÃO cursam nem o Ensino Médio e nem o Ensino Fundamental I e II?

- A) 50.
- B) 55.
- C) 60.
- D) 65.

Questão 15

Beatriz, Camila e Denise dividem o mesmo apartamento com dois animais de estimação, o gato Guga e a cadelinha Cacau. Elas estão pensando em mudar a senha do *Wi-Fi* de seu apartamento. Para isso tiveram a ideia de uma senha que possua 07 (sete) letras, sendo 03 (três) consoantes e 04 (quatro) vogais e que tenha significado. Para isso pensaram:

- a primeira letra será uma vogal comum ao nome das três amigas;
- a segunda letra será a consoante da sílaba central de um dos nomes das amigas que possui um vogal dobrada;
- a terceira letra será uma vogal comum a dois nomes das amigas e repetida em um deles;
- a quarta letra será a primeira consoante do nome de um de seus animais de estimação. E essa consoante não pertence a nenhum dos nomes das amigas;
- a quinta e a sexta letra serão as letras da sílaba central, não na mesma ordem, do nome de uma das amigas que repete uma vogal; e,
- a sétima letra será uma vogal presente no nome de duas das amigas e da cadelinha.

A senha será a palavra:

- A) INVENTA.
- B) IMPRIMA.
- C) IMAGENS.
- D) IMAGINA.

Questão 16

A floricultura Flot's da Azur recebeu uma encomenda de buquês de flores para ornamentar uma festa no próximo sábado. A floricultura escolheu três de suas floristas para ficarem responsáveis pela montagem dos buquês. Os buquês a serem montados devem conter flores nas cores brancas, rosas e azuis e das espécies rosas, hortênsias e gérberas. Cada florista deve montar um único modelo de buquê. E cada modelo deve conter as três cores de flores e as três espécies de flores. A primeira florista ficou responsável para montar buquês que tenham hortênsias rosas e gérberas azuis. A segunda florista ficou responsável para montar buquês que tenham hortênsias azuis e rosas rosas. A terceira florista deve usar as rosas, as hortênsias e as gérberas que não foram usadas pelas duas primeiras floristas. O buquê montado pela terceira florista terá quais flores?

- A) Hortênsias azuis, rosas rosas e gérberas azuis.
- B) Hortênsias brancas, rosas azuis e gérberas rosas.
- C) Hortênsias rosas, rosas azuis e gérberas brancas.
- D) Hortênsias azuis, rosas rosas e gérberas brancas.

Questão 17

Da cidade X partem ônibus para as cidades A e B todos os dias. O primeiro ônibus que parte da cidade X para a cidade A sai às 6h30 e depois a cada 30 minutos parte um outro ônibus para a cidade A. Já para a cidade B o primeiro ônibus parte às 7h e depois a cada 40 minutos parte um outro ônibus para a cidade B. Qual o segundo horário da manhã em que os dois ônibus partem juntos da cidade X?

- A) 7h.
- B) 8h40.
- C) 9h.
- D) 9h20.

Questão 18

Os amigos Pablo, Paulo e Pedro foram a um restaurante para comemorar o aniversário de Paulo. Após jantarem dividiram a conta e receberam o troco da conta todo junto. Para saber quanto era o troco de cada um fizeram as seguintes contas:

- o troco de Pablo mais o de Pedro somados e divididos por 4 dá o troco de Paulo;
- o troco de Paulo mais o troco de Pedro dá R\$ 30,00; e,
- o troco de Pablo menos o troco de Paulo dá R\$ 10,00.

O troco recebido por Pablo foi de:

- A) R\$ 10,00.
- B) R\$ 15,00.
- C) R\$ 20,00.
- D) R\$ 25,00.



Questão 19

Conforme os conceitos legais, entende-se por:

- I. Mitigação: as mudanças e substituições tecnológicas que reduzam o uso de recursos e as emissões por unidade de produção, bem como a implementação de medidas que reduzam as emissões de gases de efeito estufa e aumentem os sumidouros.
- II. Adaptação: as iniciativas e medidas para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos frente aos efeitos atuais e esperados da mudança do clima.
- III. Mudança do clima: as alterações que independem da atividade humana e que alterem a composição da atmosfera mundial, provocadas pela variabilidade climática natural observada ao longo de períodos comparáveis.

Nos termos da Lei nº 12.187/2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC, está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) I e II.

Questão 20

Analise as afirmativas a seguir.

- I. Os órgãos e conselhos do Poder Judiciário deverão adotar modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.
- II. As unidades ou núcleos socioambientais deverão estimular a reflexão e a mudança dos padrões de compra, consumo e gestão documental dos órgãos do Poder Judiciário, bem como do corpo funcional e força de trabalho auxiliar de cada instituição.
- III. O uso sustentável de recursos naturais e bens públicos deverá ter como objetivos o combate ao desperdício e o consumo consciente de materiais, com destaque para a gestão sustentável de documentos como a implementação de processo judicial eletrônico e a informatização dos processos e procedimentos administrativos.

Nos termos da Resolução nº 201/2015 do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável, está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- A) I, II e III.
- B) II, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e III, apenas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**Questão 21**

“No curso de processo administrativo, a Pessoa Jurídica XYZ faz requerimento a determinada Agência Reguladora Federal pleiteando sua inclusão em credenciamento de fornecedores. Não obstante o requerimento, a Agência Reguladora se mantém omissa em sua resposta, mesmo após vencido o prazo legal de resposta.” Com relação à referida omissão administrativa, assinale a alternativa correta.

- A) Caberá a propositura de ação judicial pela Pessoa Jurídica XYZ, para assegurar o direito de resposta, nos termos da lei federal que dispõe sobre o processo administrativo.
- B) Como a omissão não é caracterizada como ato administrativo, não cabe a propositura de ação judicial, mas reclamação administrativa, com fundamento no direito de petição.
- C) A omissão implicará na aceitação tácita do requerimento da Pessoa Jurídica XYZ, tendo em vista que o particular não pode ser prejudicado pela demora imputada à Administração Pública.
- D) A omissão implicará na rejeição tácita do requerimento da Pessoa Jurídica XYZ, tendo em vista que somente podem advir efeitos concretos ao credenciamento de atos praticados pela Administração pública.

Questão 22

“Órgão de controle interno de legalidade da União Federal, com intuito de cessar o pagamento de vencimentos, remunerações e vantagens em desconformidade com a Constituição, decide fazer auditoria quanto à acumulação irregular de cargos, empregos e funções públicas.” Com relação ao caso, assinale a acumulação que NÃO está de acordo com a Constituição de 1988.

- A) Oficial de Justiça Avaliador Federal e Vereador.
- B) Procurador da República e Professor Universitário.
- C) Deputado Federal e Professor de Universidade Federal.
- D) Médico militar e Médico de Hospital Universitário Estadual.



Questão 23

“No curso de aquisição de bens por dispensa de licitação pela Administração Pública, a autoridade competente revoga ato administrativo que requisitou o objeto, fundado em razões de interesse público. Porém, verifica-se que o ato de revogação é celebrado em desconformidade com as exigências legais.” Sobre o caso, é correto afirmar que o ato de revogação

- A) não pode ser revisto, uma vez que já exaurido o objeto do ato revogado.
- B) deve ser anulado, o que pode ser feito na esfera administrativa ou judicial.
- C) deve ser convalidado, tendo em vista que as hipóteses de dispensa de licitação são vinculadas.
- D) deve ser revogado pela mesma autoridade administrativa que praticou o ato ou por autoridade superior.

Questão 24

“Renata, servidora pública federal, com forte engajamento político, decide disputar as eleições para o cargo de Deputada Estadual. Com isso, requer à sua chefia imediata licença de suas funções no órgão em que presta serviço para as atividades políticas necessárias.” Sobre o caso, assinale a alternativa correta.

- A) Renata terá direito à licença, sem remuneração, caso ocupe cargo de direção, chefia, assessoramento na Administração Pública federal.
- B) Renata não terá direito à licença, devendo optar, se eleita, entre o cargo que exerce na Administração Pública Federal e o cargo de Deputada Estadual.
- C) Renata não terá direito à licença, tendo em vista a possibilidade de acumulação do cargo na Administração Pública Federal e o cargo de Deputada Estadual.
- D) Renata terá direito à licença sem remuneração durante o período entre a sua escolha em convenção partidária e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

Questão 25

“O Presidente de determinada autarquia federal delega parte de suas competências ao Conselho de Administração, tendo em vista motivos de índole econômica.” Sobre a hipótese, é correto afirmar que a delegação de competência

- A) não é possível, uma vez que não há subordinação hierárquica entre ambos os órgãos da autarquia federal.
- B) é possível, salvo com relação a atos de gestão contratual que sejam de competência privativa do Presidente.
- C) é possível, inclusive quanto aos atos de gestão patrimonial que sejam de competência privativa do Presidente.
- D) não é possível, uma vez que somente motivos de índole técnica, social ou jurídica podem ser motivo de delegação de competência.

Questão 26

“Dois estudantes de direito travaram intenso debate a respeito da classificação das situações em que a Constituição da República Federativa do Brasil dispõe sobre a responsabilidade civil do Poder Público, bem como dos seus elementos estruturais. Para tanto, identificaram (I) o dever de indenizar o condenado por erro judiciário (Art. 5º, LXXV); (II) a responsabilidade civil da União por danos nucleares (Art. 21, XXIII); e, (III) a responsabilidade das pessoas jurídicas de direito público e das de direito privado prestadoras de serviços públicos pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros (Art. 37, §6º).” Considerando a interpretação prevalente da sistemática constitucional, em especial no âmbito do Supremo Tribunal Federal, assinale a única proposição correta dentre as alternativas a seguir.

- A) As situações descritas em (I) e (II) são exemplos de responsabilidade subjetiva, não prescindindo da demonstração de culpa.
- B) A situação descrita em (III) é exemplo de responsabilidade objetiva, mas apenas em relação aos atos comissivos, não aos omissivos.
- C) As situações descritas em (I), (II) e (III) são exemplos de responsabilidade objetiva, somente exigindo a demonstração do nexu causal, não do resultado.
- D) As situações descritas em (II) e (III) se harmonizam com a responsabilidade subjetiva mitigada, que admite a irresponsabilidade do Poder Público em situações específicas.

Questão 27

“Edgar nasceu em território brasileiro em 1990, sendo filho de Jean e Helene, cidadãos franceses que estavam na República Federativa do Brasil a serviço da sucursal de uma importante sociedade empresária com sede na França. Logo após o nascimento, Edgar foi levado pelos seus pais para a França e lá permaneceu durante dezenove anos, até que decidiu voltar ao Brasil e aqui residir em caráter definitivo, trabalhando na mesma sociedade empresária que empregara seus pais no passado. Com o passar dos anos, acalentou o desejo de concorrer a um mandato eletivo no Brasil.” Considerando os dados informados, é correto afirmar que Edgar:

- A) É brasileiro nato, podendo concorrer a qualquer cargo eletivo caso preencha os demais requisitos exigidos.
- B) Deve ser considerado brasileiro naturalizado por ter voltado a residir no Brasil após ter completado a maioridade.
- C) Somente será considerado brasileiro nato, caso tenha sido registrado em repartição brasileira antes de completar dezoito anos.
- D) É considerado estrangeiro por ser filho de pais estrangeiros, devendo providenciar a sua naturalização como brasileiro, caso queira concorrer a um mandato eletivo.

Questão 28

“A segunda turma de determinado Tribunal Regional Federal, ao analisar o teor de recurso de apelação, entendeu por bem não aplicar o entendimento adotado em determinada Súmula Vinculante, isso por considerar que, caso o fizesse, dela decorreria vantagem exagerada para uma das partes, caminhando em norte contrário aos referenciais de justiça e razoabilidade. Insatisfeito com esse entendimento, já que o caso concreto se enquadrava à perfeição na hipótese de incidência descrita na Súmula Vinculante, o advogado da parte prejudicada decidiu que levaria a questão ao conhecimento dos Tribunais Superiores.” À luz da sistemática constitucional e do entendimento adotado pelos Tribunais Superiores a respeito da temática, é correto afirmar que o instrumento processual mais adequado e célere a ser utilizado é:

- A) A reclamação dirigida ao Supremo Tribunal Federal.
- B) O recurso especial dirigido ao Superior Tribunal de Justiça.
- C) O recurso ordinário dirigido ao Superior Tribunal de Justiça.
- D) O mandado de segurança dirigido ao Supremo Tribunal Federal.

Questão 29

“Ednaldo, assessor jurídico do Prefeito Municipal, elaborou o edital do concurso público destinado ao provimento de diversos cargos da Administração Pública Municipal. Como a legislação municipal não detalhava os requisitos a serem observados, Ednaldo, ao redigir as cláusulas do edital, previu, (I) como fase eliminatória do concurso, a realização de exame psicotécnico; (II) que a nomeação dos aprovados para os vinte cargos vagos observaria critérios de conveniência e oportunidade da Administração; e, (III) que os cargos que exigissem grande rigor físico, como o de guarda municipal, cujo expediente seria cumprido de pé, na rua, somente seria acessível aos menores de sessenta anos. Por fim, o edital foi aprovado pelo Prefeito Municipal e publicado na imprensa oficial.” Considerando o teor das regras e princípios estabelecidos na Constituição da República e a interpretação que tem recebido, em especial pelo Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- A) Todas as cláusulas são constitucionais.
- B) Todas as cláusulas são inconstitucionais.
- C) Somente a cláusula descrita em (II) é inconstitucional.
- D) Somente as cláusulas descritas em (I) e (III) são inconstitucionais.

Questão 30

“De acordo com o Art. 5º, XIII, da Constituição da República, ‘é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer’. Ednaldo e Túlio, estudantes de direito, travaram intenso debate a respeito da natureza da norma constitucional delineada a partir desse preceito normativo.” À luz da narrativa anterior, é correto afirmar que do referido preceito normativo se obtém uma norma:

- A) Programática.
- B) De eficácia plena.
- C) De eficácia contida.
- D) De aplicabilidade indireta e mediata.



Questão 31

Sobre a Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965), analise as afirmativas a seguir.

- I. Quando o abuso for cometido por agente de autoridade policial, civil ou militar, de qualquer categoria, poderá ser cominada a pena autônoma ou acessória, de não poder o acusado exercer funções de natureza policial ou militar no município da culpa, por prazo de um a três anos.
- II. Considera-se autoridade, para os efeitos da lei de abuso de autoridade, quem exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil, ou militar, ainda que transitoriamente e sem remuneração.
- III. A ação penal será iniciada, independentemente de inquérito policial ou justificação por denúncia do Ministério Público, instruída com a representação da vítima do abuso.

Estão corretas as afirmativas

- A) I, II e III.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 32

Nos crimes previstos na Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 – que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor –, constitui efeito da condenação a perda do cargo ou função pública, para o servidor público, e a suspensão do funcionamento do estabelecimento particular envolvido por prazo não superior a:

- A) 1 mês.
- B) 1 ano.
- C) 6 meses.
- D) 3 meses.

Questão 33

A Resolução nº 198, de julho de 2014, além de outras providências, dispõe sobre o planejamento e a gestão estratégica no âmbito do poder judiciário. Considerando o disposto em referido documento, em Atos Normativos e Normas Técnicas do Conselho Nacional de Justiça, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O Conselho Nacional de Justiça tem, dentre suas competências e atribuições, de exercer o controle da atuação administrativa e financeira dos tribunais e de exercer a coordenação do planejamento e da gestão estratégica do Poder Judiciário.
- B) Compete à Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário, conjuntamente à Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento, assessoradas pelo Departamento de Gestão Estratégica, coordenar as atividades de planejamento e gestão estratégica do Poder Judiciário.
- C) A execução gestão estratégica no âmbito do poder judiciário é de responsabilidade de magistrados de primeiro e segundo grau, dos conselheiros, dos ministros e dos serventuários do Poder Judiciário, devendo, os órgãos do Poder Judiciário, manter unidade de gestão estratégica para assessorar a elaboração, a implementação e o monitoramento do planejamento estratégico.
- D) Os órgãos do Judiciário devem alinhar seus respectivos planos estratégicos à Estratégia Judiciário 2020. Referidos planos estratégicos devem ter abrangência mínima de seis anos; observar o conteúdo temático dos Macrodesafios do Poder Judiciário e contemplar as Metas Nacionais e Iniciativas Estratégicas Nacionais aprovadas nos Encontros Nacionais do Judiciário, sem prejuízo de outras aprovadas para o segmento de justiça ou específicas do próprio Tribunal ou Conselho.



Questão 34

“A Administração Pública representa o aparelhamento do Estado e funciona como instrumento do governo para planejar, organizar, dirigir e controlar todas as ações administrativas, com o objetivo de dar plena e cabal satisfação das necessidades coletivas básicas. Como dizia *Weber*, a Administração Pública envolve todo o aparato administrativo com que nações, estados e municípios se moldam para cuidar do interesse coletivo e entregar à população uma ampla variedade de serviços públicos capazes de melhorar a qualidade de vida em geral.”

(*CHIAVENATO, Idalberto. Administração Geral e Pública – 3ª ed. Barueri, SP: Manole, 2012.*)

Considerando o inserto transcrito anteriormente apenas como motivador e com base em conhecimentos a respeito da evolução da Administração Pública e a Reforma do Estado no Brasil, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A Reforma do Estado tornou-se imperativa nos anos 90, em resposta, também, à crise generalizada do Estado, sendo caracterizada como uma forma de defender o Estado enquanto *res publica* (coisa pública), enquanto patrimônio que, sendo público, é de todos e para todos.
- B) A Reforma do Estado tem, dentre seus objetivos, a busca do fortalecimento das funções de regulação e de coordenação do Estado, particularmente em nível federal, e a progressiva descentralização para os níveis estadual e municipal, das funções executivas no campo da prestação de serviços sociais e de infraestrutura.
- C) A Reforma do Estado envolve múltiplos aspectos dentre os quais podem ser citados: o ajuste fiscal que visa devolver ao Estado a capacidade de definir e implementar políticas públicas; a liberalização comercial em que o Estado abandona a estratégia protecionista da substituição de importações; e, as privatizações em que se transfere para o setor público não-estatal a produção dos serviços competitivos ou não-exclusivos de Estado, estabelecendo-se um sistema de parceria entre Estado e sociedade.
- D) A Reforma do Estado deve ser concebida na perspectiva de redefinição do papel do Estado, o que pressupõe o reconhecimento prévio das modificações observadas em suas atribuições ao longo do tempo; no fato de que seus princípios e características não devem ser confundidos com os da administração de empresas privadas; e, no conhecimento de que a administração pública evoluiu através de três modelos básicos: a administração pública patrimonialista, a burocrática e a gerencial, formas que se sucederam no tempo, sem que, no entanto, qualquer uma delas fosse inteiramente abandonada.

Questão 35

“As organizações, sejam públicas ou privadas, devem procurar desenvolver seus negócios e operações de maneira coerente e consistente por meio de estratégias que garantam o sucesso. As constantes mudanças e transformações no ambiente de operações produzem fortes pressões no sentido de ações ágeis e de reações rápidas para aproveitar as oportunidades e minimizar as dificuldades, restrições e limitações impostas pelo ambiente.”

(*CHIAVENATO, Idalberto. Administração nos Novos Tempos. – 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. Adaptado.*)

Considerando os conhecimentos básicos de administração estratégica, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A administração estratégica representa a articulação do todo organizacional e importantes autores admitem que se sustenta em pilares básicos dentre os quais: os recursos, a cultura e a estrutura organizacional.
- B) Recursos infinitos, certezas quanto às intenções e habilidades do adversário, alocação reversível de recursos, certezas sobre o controle de iniciativas e natureza acrítica das percepções mútuas dos adversários são elementos que devem ser considerados na elaboração de uma estratégia organizacional.
- C) A estratégia organizacional representa a mobilização de recursos no âmbito global da organização visando a atingir objetivos situados no longo prazo. Trata-se do comportamento global da organização em relação ao ambiente, da resposta da Organização às condições ambientais que a envolvem.
- D) Massa crítica de conhecimentos, capacidade de juntar e integrar todo o conhecimento e examiná-lo como um sistema dinâmico e integrativo, imaginação e lógica para escolher entre alternativas específicas são alguns dos requisitos necessários ao desenvolvimento de uma estratégia organizacional.



Questão 36

“Os Princípios Fundamentais de Auditoria no Setor Público decorrem, principalmente, da Declaração de Lima e fornecem uma estrutura normativa de referência internacional. Referidos Princípios se traduzem em diretrizes operacionais mais específicas e detalhadas que podem ser usadas diariamente na realização de auditorias e, também, como normas de auditoria, quando normas nacionais de auditoria não tenham sido desenvolvidas. A auditoria é um processo cumulativo e interativo. Os princípios fundamentais podem ser agrupados em Princípios relacionados ao processo de auditoria, Princípios Gerais que o auditor deve considerar antes do início e durante a auditoria e em Princípios relacionados com as etapas específicas do processo de auditoria.”

(Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público Aprovada em 2013. Disponível em: <http://www.intosai.org>. Adaptado.)

São Princípios Gerais de Auditoria no setor público, EXCETO:

- A) Ética; Independência; e, Comunicação.
- B) Julgamento Profissional; Materialidade; e, Documentação.
- C) Zelo e Ceticismo Profissionais; Hierarquia; Juízo de Valor; e, Meritocracia.
- D) Controle de Qualidade; Gerenciamento de Equipes e Habilidades; e, Risco de Auditoria.

Questão 37

“Processo decisório é o caminho mental para chegar a uma decisão. Em todas as decisões existem certos ingredientes que sempre estão presentes. Pode-se adotar um modelo genérico e prescritivo que pode ser aplicável aos problemas dentro da organização.”

(CHIAVENATO, Idalberto. Administração nos Novos Tempos. – 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. Adaptado.)

São etapas do processo decisório, EXCETO:

- A) Transformar a solução em ação; avaliar os resultados.
- B) Identificar a situação; obter informações sobre a situação.
- C) Gerar soluções ou cursos alternativos; avaliar e escolher a melhor solução ou curso alternativo.
- D) Eliminar as informações oriundas do ambiente externo em virtude do alto grau de incertezas; priorizar as informações do ambiente interno.

Questão 38

Analisar as afirmativas que versam sobre gestão de processos, técnicas de mapeamento, análise, simulação e modelagem de processos, marque **V** para as verdadeiras e **F** para as falsas.

- () Gestão de Processos ou *Business Process Management (BPM)* é o alinhamento dos objetivos estratégicos da organização, projetando e implementando arquiteturas de processos, estabelecendo sistemas de medidas dos processos que alinham com os objetivos da organização, e educar e organizar os administradores para que possam administrar efetivamente os processos.
- () No Planejamento do Processo deve-se descrever o propósito do processo, a definição de seus objetivos e os resultados pretendidos. Deve-se estabelecer, ainda, um orçamento levando em consideração o espaço e os recursos necessários, as pessoas e os equipamentos requeridos e planejar como o processo será estabelecido e mantido.
- () No Gerenciamento do Processo devem ser coletados dados dos resultados obtidos e compará-los com os objetivos preestabelecidos. Se os objetivos não foram atingidos a contento, devem ser implementadas ações para determinar as causas dos desvios e implementadas as devidas correções.

A sequência está correta em

- A) V, V, V.
- B) F, V, V.
- C) V, F, V.
- D) F, F, V.



Questão 39

Muitas são as teorias sobre liderança, motivação e satisfação no trabalho; conhecê-las é um passo importante para uma boa gestão organizacional, seja na administração pública ou na administração privada. Assinale a alternativa INCORRETA sobre algumas das teorias de liderança, motivação e satisfação no trabalho.

- A) A Teoria dos Dois Fatores, de *Frederick Herzberg*, considera que a motivação para o trabalho se sustenta em fatores higiênicos ou insatisfacientes e fatores motivacionais ou satisfacientes.
- B) A Teoria das Necessidades Aprendidas, de *David McClelland*, está ligada a conceitos de aprendizagem e focaliza três necessidades básicas: necessidade de realização, necessidade de poder e necessidade de afiliação.
- C) A Teoria ERC, de *Clayton P. Alderfer*, acrescentou à Teoria da Hierarquia das Necessidades, três outras necessidades consideradas essenciais: necessidade de existência, necessidade de relacionamento e necessidade de crescimento.
- D) A Teoria da Hierarquia das Necessidades, de *Abraham Maslow*, tem como hipótese básica que, em cada pessoa, há uma hierarquia de cinco necessidades humanas: necessidades fisiológicas, de segurança, sociais, de estima, de autorrealização.

Questão 40

“As pessoas constituem o principal ativo das organizações, sejam elas públicas ou privadas. Os nomes como departamento de pessoal, recursos humanos, desenvolvimento de talentos, capital humano ou capital intelectual são utilizados para descrever a unidade, departamento ou equipe relacionada à gestão de pessoas. Cada qual reflete uma maneira de lidar com as pessoas. Independente do nome que lhe seja atribuído, para que os objetivos organizacionais sejam alcançados, é necessário que as pessoas sejam tratadas como elementos primordiais para a eficácia e eficiência da instituição.”

(*CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas: O novo papel dos recursos humanos nas organizações. – 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. Adaptado.*)

Os objetivos da administração ou gestão de recursos humanos são variados. Ela deve contribuir para a eficácia e eficiência organizacional utilizando-se de diversos meios como, EXCETO:

- A) Proporcionar à organização pessoas bem treinadas e motivadas.
- B) Manter políticas éticas e comportamento socialmente responsável.
- C) Ajudar a organização a alcançar seus objetivos e realizar sua missão.
- D) Promover competição severa entre os funcionários/servidores como condição de progressão profissional.



Questão 41

“O processo de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) se desenvolve no âmbito do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal e envolve um conjunto articulado de tarefas complexas e um cronograma gerencial e operacional com especificação de etapas, de produtos e da participação dos agentes. Esse processo compreende a participação dos órgãos central, setoriais e das Unidades orçamentárias, o que pressupõe a constante necessidade de tomada de decisões nos seus vários níveis.”

(Manual Técnico de Orçamento – MTO 2017.)

Na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) devem ser consideradas as seguintes premissas, EXCETO:

- A) Elaboração do projeto e execução da LOA, realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, permitindo o amplo acesso da sociedade.
- B) Acompanhamento das despesas que constituem obrigações constitucionais e legais da União; ciclo orçamentário desenvolvido como processo contínuo de análise e decisão ao longo de todo o exercício.
- C) Orçamento visto como instrumento de viabilização do planejamento do governo; ênfase na análise da finalidade do gasto da Administração Pública, transformando o orçamento em instrumento efetivo de programação, de modo a possibilitar a implantação da avaliação das ações.
- D) Avaliação da execução orçamentária com o objetivo de subsidiar a elaboração da nova proposta orçamentária, com base em relatórios gerenciais, conferindo racionalidade ao processo; atualização das execuções de receita e de projeções das despesas e de elaboração da proposta orçamentária, com o intuito de se atingir as metas fiscais fixadas no Plano Plurianual (PPA).

Questão 42

“Com o advento da nova forma de se usar Contabilidade de Custos, ocorreu seu maior aproveitamento em outros campos que não o industrial. No caso de instituição não tipicamente daquela natureza, tais como financeiras e prestadores de serviço, onde seu uso para efeito de elaboração das demonstrações contábeis era quase irrelevante (pela ausência de estoques), passou-se a explorar seu potencial para o controle e até para a tomada de decisões.”

(MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos. São Paulo: Atlas.)

A respeito da estrutura e análise de custos, sistemas de custeio, métodos de rateio, utilização de custos para tomadas de decisões, margem de contribuição e ponto de equilíbrio, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) O sucesso de um sistema de custos está, principalmente, nas informações e depende do pessoal que o alimenta e o faz funcionar, pois se trata de um conduto que recolhe dados em diversos pontos, processa-os e emite, com base neles, relatórios.
- B) A análise de custos como instrumento auxiliar à tomada de decisão consiste, também, na alimentação de informações sobre valores relevantes que dizem respeito às consequências de curto e longo prazos sobre medidas de corte de produtos/serviços, fixação de preços para aquisição e opções de aquisição de bens/serviços.
- C) Apesar da impossibilidade, inúmeras empresas prestadoras de serviços, na atualidade, utilizam princípios e técnicas da Contabilidade de Custos de maneira não apropriada em função da inexistência de quaisquer similaridades entre estas e as empresas industriais, principalmente nas entidades em que se busca trabalhar por projeto: empresas de engenharia, escritórios de auditoria, de planejamento e órgãos públicos.
- D) Normalmente, o problema mais grave na implantação de qualquer sistema e na análise de custos, reside na qualidade do pessoal envolvido nas fases iniciais do processo. Os primeiros informes nascem de diversos apontamentos efetuados por inúmeros funcionários/servidores que não têm uma visão sistêmica da instituição e desconhecem a importância de um Sistema de Custos, o que se traduz no principal fator de insucesso.



Questão 43

“Conforme a NBC TSP – Estrutura Conceitual, os elementos das demonstrações contábeis correspondem às estruturas básicas a partir das quais as demonstrações contábeis são elaboradas. Essas estruturas fornecem um ponto inicial para reconhecer, classificar e agregar dados e atividades econômicas de maneira a fornecer aos usuários informações que satisfaçam aos objetivos e atinjam as características qualitativas das informações contábeis, levando em consideração as restrições existentes. Os conceitos de ativo e passivo identificam os seus aspectos essenciais, mas não especificam os critérios para seu reconhecimento. Ao avaliar se um item se enquadra na definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido, deve-se atentar para a sua essência e realidade econômica e não apenas sua forma legal.”

(Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 7ª Edição.)

Com base em definições oficiais constantes em normas do Conselho Federal de Contabilidade e, também, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as quais são extremamente importantes nas análises e na compreensão das demonstrações financeiras e na administração do ativo e do passivo de uma organização, seja pública ou privada, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Ativo é um recurso resultante de evento presente, controlado no passado pela entidade. O ativo deve ser classificado como circulante quando estiver disponível para realização mediata ou tiver a expectativa de realização após doze meses do período a que se refere às demonstrações contábeis.
- B) Os benefícios econômicos correspondem a entradas de caixa ou a reduções das saídas de caixa. As entradas de caixa (ou as reduções das saídas de caixa) podem derivar, por exemplo, da utilização do ativo na produção e na venda de serviços ou da troca direta do ativo por caixa ou por outros recursos.
- C) Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade. Uma característica essencial para a existência de um passivo é que a entidade tenha uma obrigação presente. Obrigação presente é aquela que ocorre por força de lei (obrigação legal ou obrigação legalmente vinculada) ou não (obrigação não legalmente vinculada), a qual não possa ser evitada pela entidade.
- D) Recurso é um item com potencial de serviços ou com a capacidade de gerar benefícios econômicos. A forma física não é uma condição necessária para um recurso. O controle do recurso envolve a capacidade da entidade em utilizar o recurso (ou controlar o uso por terceiros) de modo que haja a geração do potencial de serviços ou dos benefícios econômicos originados do recurso para o cumprimento dos seus objetivos de prestação de serviços, entre outros.

Questão 44

Muitos debates e discussões sobre o desequilíbrio nas contas públicas, no Brasil, ganharam espaço na mídia. A partir de então, muito se questiona sobre o conteúdo, a interpretação e a efetividade da Lei de Responsabilidade Fiscal. Considerando o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e, também, o Ministério Público, quando verificarem que as metas fiscais legalmente estabelecidas para o resultado primário ou nominal poderão estar comprometidas, promoverão a limitação de empenho e a movimentação financeira, segundo critérios legalmente fixados. Contudo, referidas limitações possuem restrições na própria LRF, que faz menção a obrigações que se encontram grafadas em normas constitucionais e legais, as quais escapam a este tipo de controle.
- () O acompanhamento e a avaliação, de forma permanente, da política e da operacionalidade da gestão fiscal, são atribuições do Conselho de Gestão Fiscal, cujas finalidades, dentre outras, são: promover a harmonização e a coordenação entre os entes da Federação e promover a disseminação de práticas que resultem em maior eficiência na alocação e execução do gasto público, na arrecadação de receitas, no controle do endividamento e na transparência da gestão fiscal.

A sequência está correta em

- A) F, V.
- B) V, F.
- C) F, F.
- D) V, V.



Questão 45

A contabilidade aplicada ao setor público mantém um processo de registro apto para sustentar o dispositivo legal do regime da receita orçamentária, de forma que atenda a todas as demandas de informações inerentes ao planejamento e à execução do instrumento de planejamento governamental, conforme dispõe o Art. 35 da Lei nº 4.320/1964. No entanto, há de se destacar que o Art. 35 se refere ao regime orçamentário e não ao regime contábil (patrimonial). Considerando a importância do orçamento público, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () A Constituição brasileira exige a elaboração do orçamento anual, a sua aprovação pelo poder Legislativo e a sua disponibilização à sociedade. A sociedade fiscaliza a gestão das entidades públicas diretamente, respaldada pela Constituição, ou indiretamente, por meio de representantes. A elaboração de demonstrativos que apresentam e comparam a execução do orçamento com o orçamento previsto é o mecanismo normalmente utilizado para demonstrar a conformidade com os requisitos legais relativos às finanças públicas.
- () Muitos programas do setor público são de longo prazo. A capacidade para cumprir os compromissos depende dos tributos e das contribuições a serem arrecadados no futuro. Ademais, as entidades do setor público têm existências muito longas, mesmo que passem por severas dificuldades financeiras e se tornem inadimplentes com as obrigações oriundas da sua respectiva dívida. Conseqüentemente, as demonstrações que evidenciam a situação patrimonial e o desempenho não fornecem todas as informações que os usuários precisam conhecer a respeito dos programas de longo prazo.

A sequência está correta em

- A) V, F.
B) V, V.
C) F, V.
D) F, F.

Questão 46

Existem etapas que regem a classificação de materiais, seja na administração pública, ou na administração privada. Essas etapas devem ser seguidas com vistas a um melhor resultado na determinação de níveis de estoque, tempo de ressuprimento, previsão de níveis de estoque, estoques de segurança e avaliação de estoques. Assinale a alternativa em que se encontram relacionadas as etapas na classificação de materiais e a ordem correta em que devam ser aplicadas.

- A) Previsão; Catalogação; Flexibilização; Especificação; Numeração; e, Padronização.
B) Codificação; Padronização; Numeração; Ampliação; Flexibilização; e, Catalogação.
C) Padronização; Especificação; Flexibilização; Codificação; Catalogação; e, Normalização.
D) Catalogação; Simplificação; Especificação; Normalização; Padronização; e, Codificação.

Questão 47

A gestão de materiais e do patrimônio na administração pública brasileira é um sério problema a ser enfrentado pelos gestores públicos no Brasil. A esse respeito, marque V para as verdadeiras e F para as falsas.

- () Na administração de materiais e na gestão do patrimônio público deve-se primar pelo Princípio da Eficiência, que impõe à administração pública e a seus agentes a persecução do bem comum, no exercício de suas competências, sempre de forma imparcial, transparente, participativa, primando pela adoção dos critérios legais e morais necessários à melhor utilização dos recursos públicos, evitando-se os desperdícios e garantindo maior rentabilidade social.
- () Com vistas à organização centralizada das atividades de gestão de materiais na administração federal direta, Poder Executivo, foi instituído o Sistema de Serviços Gerais – SISG. O órgão central do SISG é a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), integrante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- () Concomitante à criação do SISG foi instituído o Sistema Integrado de Administração e Serviços Gerais – SIASG, destinado à informatização e operacionalização do SISG. Trata-se de uma ferramenta de apoio informatizado voltada eminentemente a processos de aquisições e contratações públicas, capitaneadas pelas Unidades Administrativas de Serviços Gerais – UASG de órgãos e entidades da administração pública federal.

A sequência está correta em

- A) V, F, V.
B) V, F, F.
C) V, V, V.
D) F, V, F.

Questão 48

Nas diversas organizações, sejam elas públicas ou não, os materiais são classificados segundo os mais diversos critérios. A classificação é o processo de aglutinação de materiais por características semelhantes. Os dados que advêm da classificação servem de informação gerencial ao administrador de materiais. Sem uma classificação de materiais bem definida seria quase impossível ao gestor de materiais administrar seus estoques. Um sistema de classificação de materiais deve possuir determinadas qualidades ou atributos, **EXCETO**:

- A) Praticidade.
B) Abrangência.
C) Flexibilidade.
D) Imaleabilidade.

Questão 49

“Gilberto trabalha na empresa Rosa Martins Ltda. e cumpre jornada de 2ª a 6ª feira das 15h às 2h, com intervalo de uma hora para refeição.” Diante da situação retratada e da legislação trabalhista em vigor, assinale a alternativa correta.

- A) O empregado em questão tem direito ao pagamento de horas extras, mas não ao adicional noturno, pois ele não trabalha até 5h da manhã.
- B) Na situação apresentada não há direito a horas extras porque o módulo constitucional foi respeitado, mas o intervalo para refeição deveria ser de duas horas.
- C) Gilberto tem direito ao pagamento de horas extras com adicional de, no mínimo, 50%, além do adicional noturno em relação à jornada compreendida entre 22:00h e 2:00h.
- D) Tratando-se de horário misto, há direito ao pagamento do adicional noturno durante todo o horário de trabalho, além de horas extras porque ultrapassado o limite de 48 horas semanais.



Questão 50

“Suely trabalha exposta a agente agressor à sua saúde e, em razão disso, recebe insalubridade em grau médio. Transcorrido um ano de trabalho, Suely começa a planejar as férias, que gostaria de fruir no mês de julho do ano seguinte ao período aquisitivo, para poder viajar com seus filhos menores de idade.” Diante da situação retratada e da legislação em vigor, assinale a alternativa correta.

- A) Suely recebe insalubridade na razão de 20% sobre o salário mínimo e não poderá impor a fruição das férias em julho, pois elas são marcadas conforme o desejo do empregador.
- B) O adicional recebido por Suely é de 40% sobre o salário básico, sendo que em relação às férias a CLT determina que seja negociado entre as partes o mês de consenso para fruição.
- C) Suely recebe adicional de 10% sobre o seu salário contratual e tem direito a aproveitar as férias no mês que desejar porque possui filhos menores de idade, conforme previsto em Lei.
- D) A empregada em questão pode obrigar o empregador a aceitar o mês de férias do seu desejo porque trabalha em local insalubre, que enseja adicional de 30% sobre a sua remuneração.

ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em **QUALQUER MEIO**. O candidato flagrado nesta conduta poderá ser **ELIMINADO** do processo.

PROVA DE REDAÇÃO

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova de Redação é de caráter habilitatório e classificatório, constituída de 1 (uma) Redação.
- Para a Prova de Redação, o candidato deverá formular texto com extensão mínima de 20 (vinte) e máxima de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de 1 (um) por cada linha abaixo do limite mínimo exigido, e não poderá efetuar consulta a quaisquer fontes ou meios de consulta para auxílio na resolução e interpretação. Será desconsiderado, para fins de pontuação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima permitida.
- A resposta à Prova de Redação deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato na condição de pessoa com deficiência que esteja impossibilitado de redigir textos, como também no caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para este fim, nos termos do Edital. Nesse caso, o candidato será acompanhado por um fiscal da CONSULPLAN devidamente treinado, para o qual deverá ditar o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.
- O candidato receberá nota zero na Prova de Redação se: fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em verbos); apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade; estiver em branco; e, apresentar letra legível e/ou incompreensível.
- A Prova de Redação será avaliada na escala de **0 (zero) a 20 (vinte) pontos**, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 12 (doze) pontos.
- Considerando-se que o texto constitui uma unidade, os itens discriminados a seguir serão avaliados em estreita correlação:

Conteúdo - até 6 (seis) pontos:

- a) perspectiva adotada no tratamento do tema;
- b) capacidade de análise e senso crítico em relação ao tema proposto;
- c) consistência dos argumentos, clareza e coerência no seu encadeamento.

A nota será prejudicada, proporcionalmente, caso ocorra uma abordagem tangencial, parcial ou diluída em meio a divagações e/ou colagem de textos e de questões apresentados na prova.

Estrutura - até 6 (seis) pontos:

- a) respeito ao gênero solicitado;
- b) progressão textual e encadeamento de ideias;
- c) articulação de frases e parágrafos (coesão textual).

Expressão - até 8 (oito) pontos:

- a) desempenho linguístico de acordo com o nível de conhecimento exigido;
 - b) adequação do nível de linguagem adotado à produção proposta e coerência no uso;
 - c) domínio da norma culta formal, com atenção aos seguintes itens: estrutura sintática de orações e períodos, elementos coesivos; concordância verbal e nominal; pontuação; regência verbal e nominal; emprego de pronomes; flexão verbal e nominal; uso de tempos e modos verbais; grafia e acentuação.
-
-

Artigo 19º

Todo o indivíduo tem direito a liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão.

*(Artigo 19º da Declaração Universal dos Direitos Humanos.
Disponível em: http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acesso em janeiro de 2017.)*

O limite da liberdade de expressão

Conquistamos com dificuldade a liberdade de expressão. Ela é um direito constitucional e um esteio do pacto social. A própria lei já estabelece limites: não posso defender ou incitar crime. Não posso, em nome da liberdade de expressão, defender racismo ou violência contra mulheres ou pedofilia. A liberdade é ampla, mas não absoluta.

(KARNAL, Leandro. Disponível em: <http://www.brasil247.com/pt/247/sp247/253780/Karnal-o-limite-da-liberdade-de-express%C3%A3o.htm>. Acesso em janeiro de 2017. Fragmento.)

Trump contra a imprensa

“Estou em guerra contra a imprensa”, declarou no sábado o presidente *Donald Trump*. Na segunda-feira, confirmando o confronto com os meios de comunicação, quase todos “desonestos” na opinião do sucessor de *Barack Obama*, e deixando clara a atitude autoritária com que a nova administração pretende conduzir o relacionamento com os jornalistas, o porta-voz da Casa Branca, *Sean Spicer*, foi categórico a respeito das divergências sobre o tamanho dos públicos que compareceram à posse de *Trump* e à de seu antecessor, em 2009: ‘Este (o de *Trump*) foi o maior público que testemunhou uma posse. Ponto’.

Como em uma guerra normalmente há um vencedor e um derrotado, tem-se que *Donald Trump* estaria empenhado em prestar à maior democracia do mundo o desserviço de impor à imprensa – e por extensão à liberdade de informação e expressão – uma fragorosa derrota. A medida da desimportância que *Trump* atribui à liberdade de imprensa – um dos esteios da democracia norte-americana – é revelada pelo fato de, entre as bravatas, exageros populistas, promessas grandiosas e defesa emotiva dos ‘valores’ culturais do país contidos em seu discurso de posse, não tenha sobrado espaço para uma simples menção, mesmo crítica, ao papel da imprensa.

(Disponível em: <http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,trump-contra-a-imprensa,70001638875>. 24 de janeiro de 2017. Fragmento.)

De acordo com os textos motivadores anteriores, redija um texto dissertativo acerca da temática:

“A liberdade de expressão como um direito fundamental”.

REDAÇÃO

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

